

JUSTIÇA E PAZ

Justiça e Paz e a Integridade da Criação

Tracy O’Sullivan, O.Carm.

Espiritualidade Bíblica

A Luta por Justiça e Paz

Berthold Pareira, O.Carm.

JUSTIÇA E PAZ

Justiça e Paz e a Integridade da Criação

Tracy O'Sullivan, O.Carm.

Espiritualidade Bíblica

A Luta por Justiça e Paz

Berthold Pareira, O.Carm.

Comunicações Carmelitanas

Melbourne Austrália

2000

COMISSÃO INTERNACIONAL PARA O CARISMA E A ESPIRITUALIDADE

HORIZONTES:

Rumo ao Carisma do Carmelo

Projeto para um novo Diretório Espiritual

No Capítulo Geral de 1989 um projeto ambicioso foi apresentado e aprovado. Seu objetivo era promover o conhecimento, a interiorização e a experiência da espiritualidade carmelitana e do carisma da Ordem. A coordenação foi confiada à uma comissão internacional. Este projeto, que já produziu alguns frutos concretos com a publicação de subsídios para estudo, a promoção de cursos e outras iniciativas, foi confirmado pelo Capítulo Geral de 1995.

Os objetivos gerais do projeto são:

- promover uma nova descoberta e uma nova vivência dos valores específicos do carisma carmelitano;
- estimular e promover o estudo da tradição espiritual carmelitana;
- publicar textos, traduções e estudos sobre os diversos aspectos de nossa tradição e de nossa espiritualidade.

Um novo Diretório Carmelitano

Entre os objetivos específicos desse processo está a elaboração de um novo Diretório Espiritual Carmelitano. Ele pretende ser uma síntese atual de nossa tradição e de nossa espiritualidade, considerando as contribuições das décadas recentes no estudo e na compreensão de nossas fontes e de nossos valores, que devemos ler com sensibilidade eclesial e cultural, inspiradas pelo Evangelho. Seria destinado ao uso de nossos formadores em seu trabalho e na formação de comunidades. E também como um manual ou guia para os leigos que desejam beber de nossa espiritualidade para um melhor serviço na Igreja.

Queremos conhecer e viver mais profundamente a realidade que foi implantada em nós pelo dom do Espírito. É neste contexto dinâmico e comunitário que queremos situar o esforço na elaboração do novo Diretório. Tomara que o Projeto do Diretório possa atrair uma ampla participação dos membros da Ordem da Família Carmelitana. (De fato, o Diretório destina-se a toda a Família Carmelitana e isto deverá ser constantemente lembrado durante sua preparação. Precisaremos elencar elementos comuns a todos, as características específicas dos diferentes grupos e elucidar alguns problemas que nos são propostos, como por exemplo, a relação entre carisma e espiritualidade, a relação entre os carismas congregacionais das irmãs e dos leigos e o carisma comum da Família Carmelitana, como participamos e integramos o carisma comum e assim por diante).

O Projeto do Diretório

A Comissão Internacional para o Carisma e a Espiritualidade, estabelecida em 1989 e confirmada em 1995, propôs um esboço de temas a serem incluídos no Diretório. Após consultar as equipes de formação nas províncias e comissariados, as comunidades de formação, as monjas e as irmãs e vários peritos, a Comissão decidiu não prosseguir com a preparação imediata do Diretório, e sim fazer circular primeiro uma série de livretos. Primeiramente, eles buscam ser úteis no processo de formação. Em segundo lugar, querem estimular – através do esforço colaborativo de estudo e de experiência, especialmente em comunidades de formação – uma contribuição adicional, alicerçada na experiência, para o desenvolvimento contínuo do Diretório.

Na preparação dos livretos, que estão relacionados abaixo, a Comissão sugeriu que cada autor respeite certos critérios que foram considerados essenciais ao projeto:

- interdisciplinariedade;
- uma abordagem que seja:
 - histórica e fenomenológica
 - bíblica e teológica
 - espiritual
 - antropológica
 - hermenêutica
 - pedagógica;
- cada livreto, de aproximadamente 50 páginas, deve oferecer uma forma de compreensão e de interiorização do tema através da oração (especialmente com sugestões para *lectio divina*, textos de orações, etc.), e através do estudo pessoal e

comunitário (com sugestões adicionais para trabalhos e questões para reflexão ou discussão);

- a linguagem deve ser simples sem ser simplista e num estilo discursivo-sapiencial.

Os temas escolhidos para os livretos terão em vista o Diretório, mas não aparecerão necessariamente da mesma forma. Na redação final do Diretório:

- eles serão inseridos no amplo contexto da experiência espiritual vinda do coração da Trindade, que manifesta seu amor e o impulsiona através do dom do Espírito como uma experiência da Igreja, fiel esposa do Senhor;
- dever-se-á levar em conta as diferentes situações nas quais esses valores são vividos nos diferentes segmentos da Família Carmelitana.

Eis os temas dos livretos planejados no momento, embora outros possam ser acrescentados se parecerem úteis ou necessários:

1. A Regra do Carmelo
2. O Cristocentrismo do Carisma Carmelitano
3. A experiência carismática das origens
4. A dinâmica espiritual da vida carmelitana
5. O profeta Elias
6. Maria, Mãe e Irmã
7. A dimensão contemplativa do Carmelo
8. A dimensão apostólica do Carmelo

9. Fraternidade: crescer como irmãos
10. *Lectio divina* e Carmelo
11. A oração no Carmelo
12. A espiritualidade litúrgica do Carmelo
13. O silêncio na vida carmelitana
14. A pureza do coração na tradição bíblica e carmelitana
15. O deserto e o Carmelo
16. Símbolos carmelitanos
17. Os votos: um chamado à transformação
18. Justiça e paz
19. Carmelitas ilustres: professores, testemunhas, fundadores
20. *Vacare Deo*

Primeira Etapa do Projeto

Os livretos serão entregues à Ordem assim que estiverem disponíveis e não na ordem citada. O trabalho é planejado para quatro anos. É importante enfatizar que os livretos são manuais. Não são definitivos ou perfeitos, mas visam ser um meio de trabalho voltado para o Diretório, reunindo observações, conselhos, contribuições e sugestões baseadas na experiência daqueles que os manuseiam. Seria bom se fossem usados acima de tudo em comunidades de formação, que esperamos estejam motivadas a colaborar na revisão de cada tema tendo em vista o Diretório.

O uso desses subsídios poderia seguir esta metodologia:

- estudo pessoal e comunitário do texto (usando as sugestões para a *lectio divina*; as sugestões para o estudo e as questões para reflexão e discussão ou, se houver necessidade, criando um modelo semelhante para tal reflexão);
- reflexão pessoal e comunitária sobre o que foi lido;
- indicação, se necessário, do que está faltando no livreto, ou dos assuntos que precisam ser tratados de forma diferente ou mais ampla;
- sugerir meios pelos quais nossa experiência hoje possa ser incorporada ao Projeto do Diretório, para enriquecer e desenvolver nossa tradição (supondo que esta tradição seja uma realidade dinâmica);
- oferecer uma avaliação do material como um todo: o que precisa ser acrescentado? retirado? melhorado? que aspectos foram mais úteis na prática?

A Comissão Internacional para o Carisma e a Espiritualidade está convencida de que esses livretos podem ser usados tanto na formação inicial quanto na formação contínua. Seu uso efetivo deveria provocar reações e contribuições que nos ajudarão a melhorá-los até que o processo culmine no Diretório de Espiritualidade Carmelitana. A Comissão agradece fraternalmente a qualquer pessoa ou comunidade que colaborar nesse processo dinâmico, que é sem dúvida ambicioso, mas que está cheio de grande esperança. À medida que novas tecnologias tornam-se mais disponíveis, esperamos que elas possam fornecer meios mais dinâmicos para a ampla participação de todos no trabalho de reflexão, permitindo elaborar um novo Diretório que deve ser fiel tanto à nossa tradição antiga quanto à nossa rica experiência contemporânea.

As comunicações podem ser encaminhadas ao Conselho Geral responsável pelos trabalhos da Comissão.

Fr. Wilmar Santin, O.Carm.

Curia Generalizia dei Carmelitani

Via Giovanni Lanza, 138

00184 Roma

Itália

Número de Fax: 3906 4620 1847

e-mail: wsantin@ocarm.org.

Comissão Internacional para o Estudo do Carisma e da Espiritualidade Carmelitanas

Wilmar Santin – Hein Blommestijn – Emanuele Boaga – Paul Chandler

Carlos Mesters – Alberto Neglia – John Welch

NOTA SOBRE REFERÊNCIAS:

Numeração da Regra

A numeração da Regra de Santo Alberto segue o novo sistema aprovado pelos Conselhos Gerais dos Carmelitas e da Ordem dos Carmelitas Descalços em Janeiro de 1999. A numeração é a seguinte:

Números Antigos	Números Novos
Prólogo	nn.1-3
Cap. 1	n.4
Cap. 2	n.5
Cap. 3	n.6
Cap. 4	n.7
Cap. 5	n.8
Cap. 6	n.9
Cap. 7	n.10
Cap. 8	n.11
Cap. 9	nn.12-13
Cap. 10	n.14
Cap. 11	n. 15
Cap. 12	n. 16
Cap. 13	n.17
Cap. 14	nn.18-19

Cap. 15	n.20
Cap. 16	n.21
Cap. 17	n.22
Cap. 18	n.23
Epílogo	n.24

Quando há referência à Regra nas notas de rodapé, ela é apresentada pela abreviação RA (*Regula S. Alberti*) seguida pelo número do parágrafo (ex.: RA 6).

Referências Bíblicas

As abreviaturas para as referências bíblicas são tiradas da Bíblia de Jerusalém.

Índice

Introdução ao Ensaio

Justiça e Paz e a Integridade da Criação

1. Introdução
2. Justiça e paz: raízes no Vaticano II
 - 2.1 Justiça e Paz: raízes nas Escrituras
 - 2.2 O Sínodo sobre Justiça: raízes de turbulência na justiça
 - 2.2.1 O ativismo como resposta
 - 2.2.2 Movimento de libertação do Terceiro Mundo
 - 2.3 O amadurecimento do Movimento de Justiça e Paz
 - 2.3.1 Análise social
 - 2.3.2 Opção preferencial pelos pobres
 - 2.3.3 Prática
3. Justiça e Paz: integração com evangelização
 - 3.1 Justiça e Paz sob a luz do Evangelho
 - 3.2 O desenvolvimento da Evangelização Católica
 - 3.2.1 O Sínodo de 1974: sobre a Evangelização no Mundo Contemporâneo
 - 3.2.2 Evangelii Nuntiandi
4. Assumindo a justiça e paz: os carmelitas hoje
 - 4.1 A renovação carmelita: os Documentos
 - 4.2 A Carta dos dois Gerais: uma nova Espiritualidade
 - 4.3 Congregação Geral sobre a Evangelização

5. Justiça e Paz na tradição de Elias

Espiritualidade Bíblica: a luta por justiça e paz

1. Introdução
2. Deus defende os oprimidos
3. Deus fica irado e triste diante da opressão
4. Jesus morreu porque pregou a Boa Nova aos pobres
5. Não há paz sem justiça
6. O clamor do apelo e do protesto
7. As políticas da opressão e a força dos pobres
8. Conclusão

INTRODUÇÃO AO ENSAIO

O tema Justiça e Paz no Diretório Espiritual Carmelitano inclui dois artigos. O primeiro é de Tracy O’Sullivan da província do Puríssimo Coração de Maria da América do Norte. Ele explica o desenvolvimento do compromisso da Ordem Carmelita com o trabalho de Justiça e Paz desde os anos que se seguiram ao Vaticano II, correspondendo ao desenvolvimento do compromisso de toda a igreja com a mesma causa.

O segundo artigo vem da Indonésia e reflete as condições de vida na Indonésia hoje, tão marcada pela inquietação e pela reação das pessoas a anos de ditadura. Para nós, carmelitas ele nos ajuda a ver como Deus revelou sua identidade ao povo. Os contemplativos encontram este Deus quando contemplam. Não existe outro Deus. O artigo é escrito por Berthold Pareira, da província da Indonésia.

JUSTIÇA E PAZ E A INTEGRIDADE DA CRIAÇÃO

1. Introdução

Nas novas Constituições da Ordem Carmelita (1995), o Capítulo 6 trata da “Nossa Missão Apostólica – Considerações Gerais”. Os critérios a seguir são propostos para orientar e discernir nossa missão como Carmelitas:

- vida de fraternidade e de oração no meio do povo;
- resposta às necessidades da Igreja local e universal;
- opção preferencial pelos pobres e marginalizados;
- atenção especial para com as questões que dizem respeito às mulheres;
- compromisso com a justiça e paz;
- zelo por aqueles que demonstram interesse pelo espírito, na herança espiritual e na vida do Carmelo.

(Constituições: Parte DOIS, Cap. VI, 93).

No Capítulo IX sobre Justiça e Paz, o impulso principal da declaração é sobre a opção preferencial pelos pobres. Somos chamados a buscar as causas da injustiça para com os pobres e marginalizados, a estarmos em solidariedade com os que sofrem e a nos envolvermos na luta por justiça e paz. Isto significa trabalhar para a libertação de tudo que nega e oprime a dignidade humana dos “minores”.

Para os carmelitas, esta abertura e solidariedade pelos e com os “menores” da história nos fará viver nosso carisma profético seguindo o exemplo de Elias. Somos chamados a um processo de três passos:

1. o caminho da justiça: nossa experiência real e autêntica de Deus nos leva a confrontar as falsas ideologias de nossos dias;
2. o caminho da mística: nosso encontro com Deus nos leva a proclamar a maravilhosa presença de Deus aos pobres, e a ajudá-los a terem consciência do poder e do dom que eles têm pela presença, e da preferência especial de Deus por eles;
3. o caminho da solidariedade: somos impelidos a ter um envolvimento concreto com a justiça e com as causas das vítimas da injustiça (Constituições: Parte DOIS, Cap. IX, 115).

Nesta perspectiva, a visão sobre a justiça e a paz é desenvolvida e aprofundada dramaticamente a partir das poucas intuições nesta direção presentes nas Constituições da Ordem Carmelita de 1971. Ao elaborar a teologia incipiente do Vaticano II, as Constituições de 1971 nos chamaram a um interesse pelo mundo e pela história. Mas isto foi feito numa linguagem muito ampla e quase etérea.

Hoje, com a entrada da raça humana numa nova era na história, nós carmelitas, movidos pelo Espírito que age na Igreja, estamos mais preocupados em adaptar nossa função às novas condições, nos empenhando em reconhecer os sinais dos tempos, examinando-os à luz do Evangelho e de nossa própria herança... Tomando nosso lugar na “Igreja pobre e serva” desejamos oferecer o serviço da verdadeira fraternidade para romper as barreiras que muitas vezes separam e dividem as pessoas. Sabemos que a eficácia de

nossos esforços apostólicos consiste em agir e ensinar, testemunhando uma consciência viva de Deus presente e atuante (Parte II, Cap. 1, #13).

No capítulo sobre o apostolado ativo, somos intensamente convidados a discernir até mesmo o interesse mais genérico por justiça e paz. O impulso é em direção ao sentido tradicional do ministério, mas com uma ênfase na dimensão espiritual.

Este ensaio tentará expor os desenvolvimentos teológicos e pastorais que estão na origem desta entrada dramática do tema justiça e paz no cerne de nossas atividades, nas duas últimas décadas, desde 1971. As sementes da mudança plantadas no Vaticano II, continuam a alimentar estas intuições revolucionárias para o Evangelho. O papel da justiça e da paz tem sido central para esta revolução na Igreja, nas ordens religiosas e para os carmelitas em especial.

Por que justiça e paz? De onde vem esta nova ênfase em nossa tradição? Quais são as implicações para nosso ministério, para nossa espiritualidade e para nossa auto-compreensão como carmelitas? Este ensaio sobre os carmelitas e sobre a prioridade da justiça e da paz se empenhará em elaborar uma explicação teológica e prática deste amadurecimento rico e criativo de nossa tradição carmelitana. Mostraremos que este novo interesse não é algo irrelevante em nossa tradição, nem uma moda passageira de nossos tempos. Em vez disso, ele é fundamental para nossa experiência carmelitana, outro passo significativo nos 800 anos de nossa peregrinação em busca de Deus.

2. Justiça e Paz: raízes no Vaticano II

Os ensinamentos sociais da Igreja nos dias de hoje geralmente reconhecem na *Rerum Novarum* de Leão XIII, a declaração inicial de um processo. Esta tradição dos ensinamentos sociais foi sendo desenvolvida desde Pio XI até a *Pacem in Terris* e a *Mater et Magistra* de João XXIII. Contudo, foram as afirmações teológicas do Vaticano II que realmente produziram a liberdade intelectual e espiritual para tornar a Igreja de um modo novo e radical profundamente comprometida com o mundo e com a história.

No documento final *A Igreja no Mundo Contemporâneo*, o Concílio proclamou uma declaração fundamental para este novo desenvolvimento: “Portanto, desta maneira, testemunhamos o nascimento de um novo humanismo, no qual o homem se define, em primeiro lugar, por sua responsabilidade perante os seus irmãos e a história” (55). Este foi um chamado para uma reforma de nossa experiência religiosa básica, para uma abertura nova e radical para este mundo como fonte da autêntica experiência religiosa.

Basicamente, foi um chamado para redirecionarmos nossa religião, para voltarmos nossa atenção para este mundo. Antes do Concílio, o projeto central de fé era salvar a alma da pessoa. A atenção estava direcionada para o “espiritual”, “o outro mundo”. Os acontecimentos neste mundo formavam o contexto neste esforço religioso pessoal. Parte da revolução, desde o Vaticano II, tem sido a luta para compreender o que significa este novo esforço na vida de fé. Lentamente emergiu em nossa compreensão comum que Jesus não pregou uma mensagem voltada exclusivamente para salvar a alma da pessoa, mas que ele

proclamou a vinda do Reino. O interesse por este mundo, sua história e a luta por uma sociedade justa, estão se tornando cada vez mais centrais na vivência de nossa fé.

Para muitos católicos, esta nova ênfase no interesse pelo mundo e por aqueles fora da Igreja, tem sido causa de profunda ansiedade. Eles acusam uma falta de foco naquilo que chamam de uma ênfase excessiva na abordagem horizontal, em vez da tradicional abordagem vertical de Deus.

Esta tensão leva a um esclarecimento do que o Concílio tinha a dizer sobre suas novas intuições sobre Deus. A afirmação de que Deus está graciosamente presente em toda a humanidade está subentendida no chamado para um novo humanismo e para a solidariedade universal. Sempre que as pessoas estão lutando com as questões significativas da vida, Deus se torna presença para elas. O Concílio chamou atenção para a simples verdade da universalidade da graça, uma verdade que quebrou a distorção que via a graça confinada na Igreja. Todas as pessoas são tocadas pelo Espírito e, de certo modo, conhecidas apenas por Deus, capazes de partilhar da redenção visível em Jesus Cristo.

Este enfoque novo e surpreendente tem como consequência a quebra de uma visão de mundo, sustentada por muito tempo, que dividia a realidade em duas ordens: a natural e a sobrenatural. A ordem natural, o domínio do mundo, era definida pela criação divina e pelo pecado humano. A ordem sobrenatural, o domínio da Igreja, era definida pela redenção divina. Tal distinção justificava a separação entre Igreja e mundo. Nesta visão de realidade, as atividades relacionadas com a Igreja eram consideradas como pertencendo a uma ordem mais alta, enquanto que as atividades seculares, como o envolvimento social, econômico e político, eram percebidas como pertencendo à ordem natural.

O Vaticano II transformou esta perspectiva teológica. O local da redenção de Deus não é simplesmente a Igreja, mas a própria história humana. Deus está presente no meio de

nós. Deus é a presença escondida que torna a humanidade possível. Esta intuição foi assimilada muito lentamente e está na origem do chamado para a justiça e a paz.

Somente após o Concílio Paulo VI colocou realmente o termo “justiça e paz” diante da consciência católica. Seguindo o mandato do Concílio, ele criou a Pontifícia Comissão sobre Justiça e Paz “para despertar o Povo de Deus para a plena consciência de seu papel hoje... para promover o desenvolvimento das nações pobres e para encorajar a justiça social internacional” (*Motu Proprio*, 06 de janeiro, 1967).

Portanto, o termo “justiça e paz” entrou na arena do pensamento e da consciência católica de um modo explícito e de uma maneira bem vigorosa.

2.1 Justiça e Paz: Raízes nas Escrituras

O Concílio começou a reflexão teológica que preparou o caminho para o ministério de justiça e paz partindo das raízes destes conceitos presentes na Escritura. A esperança messiânica e a revelação completa em Jesus Cristo podem ser sintetizadas nas palavras *shalom* (paz) e *dikaioyne* (justiça). Este é verdadeiramente o centro da Boa Nova.

Shalom pode ser acolhido e reconhecido pelo que é – o dom livre de Deus – apenas na fé, isto é, na oração humilde de súplica e de ação de graças. Mas é importante observar que a paz, *shalom*, não está fechada numa única perspectiva: *shalom* é paz em todos os níveis. Em segundo lugar, é paz com Deus. Deus comunica sua paz à humanidade através de Jesus Cristo, como dom do Espírito Santo. Este dom não pode ser recebido sem que a pessoa se torne mensageira e instrumento de paz em todos os níveis de vida. A paz não é

algo estático. Ela nos encontra num mundo carregado de tensões e repleto de pecado. Portanto, a paz se transmite como reconciliação: aceitá-la com gratidão significa tornar-se um embaixador da paz. Deus, que em Cristo nos reconciliou com o Ser Supremo, confiou a toda a Igreja o ministério da reconciliação.

Um conceito central da teologia paulina é o de *dikaiosyne* (integridade), justificação. Numa solidariedade misteriosa, Jesus Cristo quis carregar o fardo de nossos pecados e justificou a humanidade por pura gratuidade. Este é um convite a todos para que se tornem nele a justiça de Deus (2Cor 5,21). Como o conceito do *shalom*, assim também o da justificação expressa em primeiro lugar, a gratuidade do dom de Deus e é precisamente esta gratuidade que, unida à totalidade do dom, torna-se o apelo mais urgente. Ela transforma a pessoa num instrumento de justiça em todos os níveis.

Em sua vida e em seu ministério, Jesus encarnou estes conceitos de justiça e paz que estavam profundamente enraizados na Escritura que Ele tanto amava. Ele trouxe a Boa Notícia aos pobres e a libertação aos cativos (Lc 4,18). Com a chegada de Jesus “os cegos recuperam a vista, os paralíticos andam, os leprosos são purificados e os surdos ouvem” (Mt 11,5). Os excluídos são acolhidos (Mc 2,16). Com Jesus a justiça é afirmada (Mt 5,10-20); a verdade é anunciada (Jo 8,46). As barreiras são quebradas e as pessoas se unem, o amor é uma nova realidade para muitos (Jo 13,34-35; Mt 11,28-30). Justiça e paz são fundamentais para o Reino de Deus proclamado por Jesus.

2.2 O Sínodo sobre Justiça: Raízes de Turbulência na Justiça

Na opinião de Karl Rahner, o Concílio Vaticano II foi de grande significado, porque foi o primeiro Concílio ecumênico com uma representação universal, reunindo pessoas além da Europa.

Esta nova voz ecumênica continuou a ser ouvida na reunião dos Bispos em Medellín em 1968. Esta sessão levou o interesse pelos pobres a novos espaços de consciência. A Igreja oficial começou a jornada, reconhecendo que os pobres são a maioria da humanidade.

Na *Octogesima Adveniens*, Paulo VI ampliou as definições e os esclarecimentos desta nova situação. Ele deu à Igreja uma nova direção:

Dirigimos a todos os cristãos um chamado novo e insistente à ação... Não é suficiente relembrar princípios, declarar intenções, salientar injustiças gritantes e proferir denúncias proféticas; estas palavras carecerão de peso real a menos que venham acompanhadas de uma consciência viva, de responsabilidade pessoal e de ação eficaz por cada indivíduo... A esperança dos cristãos vem principalmente do fato de que ele/ela sabe que o Senhor está trabalhando conosco no mundo, continuando... a Redenção (48).

O primeiro Sínodo dos bispos pós-Vaticano II reuniu-se no outono de 1971. A consciência da divisão do mundo entre ricos e pobres, entre capitalismo e comunismo, assumiu maior clareza com o uso de novos rótulos: Primeiro Mundo, Segundo Mundo e Terceiro Mundo. Os bispos do sínodo refletiram estes mundos como nenhum outro

encontro da hierarquia fez até aquele momento. O tópico da seção foi a justiça e o resultado foi um profundo impacto na conscientização e no ministério da Igreja.

Os bispos tentaram ler os sinais dos tempos. A conclusão foi a percepção de que existia uma rede de dominação, de opressão e de abusos que sufocava a liberdade e mantinha a melhor parte da humanidade longe de uma partilha justa e imparcial dos dons da criação de Deus. Os bispos viram novas consequências sociais para o pecado nestas desenvolvidas estruturas de injustiça. Este pecado social exigia mais do que uma conversão pessoal do coração.

Esta intuição levou os prelados a proclamar o que se tornou um chamado claro, central e fundamental de um ministério da justiça na Igreja:

“A ação em nome da justiça e da participação na transformação do mundo parece-nos plenamente uma dimensão constitutiva da pregação do Evangelho ou, em outras palavras, da missão da Igreja pela redenção da raça humana e sua libertação de toda situação opressora” (Justiça no Mundo, 6).

O Sínodo prosseguiu falando sobre os direitos da pessoa, o interesse pelos migrantes e refugiados, o tratamento dos trabalhadores, a necessidade de melhorar a situação social das mulheres, o racismo, a corrida armamentista e, especialmente, as estruturas internacionais responsáveis pelo aumento da pobreza na maior parte do mundo. O Sínodo lembrou a necessidade de ver na Palavra de Deus, a fonte da vida e da libertação que sustenta a resposta final à justiça em todas as suas manifestações. Embora o Sínodo nunca use a palavra Evangelização, pelo menos vinte vezes ele convida o fiel a proclamar o

Evangelho como a resposta definitiva ao pecado, tanto pessoal quanto social, que é a fonte da divisão e da opressão da humanidade.

2.2.1 O ativismo como resposta

Tanto no Primeiro quanto no Terceiro Mundo, o chamado à justiça foi ouvido e respondido com muito mais força do que o chamado do Sínodo para retornarmos ao Evangelho.

No Primeiro Mundo havia uma multiplicidade de questões. O antigo movimento de justiça e paz carecia de um foco e muitas vezes competia dentro dele mesmo pelo mesmo público e pelas mesmas fontes. Apenas um número limitado de cristãos via a justiça como central para sua fé. Para a maioria, justiça e paz eram vistas como o interesse de alguns em determinada paróquia, seminário, ordem religiosa ou outros tipos de grupos que exerciam o ministério cristão. Da mesma maneira, o estilo de implementação da justiça e paz trazia à tona toda uma nova ordem de problemas. Foi um processo doloroso de amadurecimento para o movimento de justiça e paz. Seria justo dizer que nos últimos anos da década de 60 até o começo dos anos 70 o ativismo era a principal característica do movimento. O resultado foi uma falta de direção, uma ligação mínima com a espiritualidade, uma ênfase exagerada neste mundo e uma análise muito superficial da realidade.

Quando o movimento de justiça e paz começou a amadurecer, ele o fez através da integração entre as atividades e a dimensão de fé na vida das pessoas. Este movimento sempre foi lento e parcial. A crescente consciência de que este ministério deve estar

enraizado numa compreensão mais profunda da Evangelização tem sido uma fonte de força.

2.2.2 Movimento de Libertação do Terceiro Mundo

No Terceiro Mundo a experiência foi bem diferente. Seguindo o chamado de Medellín para uma opção preferencial pelos pobres, e imersos nas profundezas de uma pobreza nova, dolorosa e ampla, os cristãos do Terceiro Mundo avançaram vigorosamente no comprometimento da Igreja com os pobres.

A desordem na América Latina, em especial, e no restante do Terceiro Mundo em geral, veio de um povo que buscava uma nova voz política depois de séculos de sujeição. O período de um suposto desenvolvimento nos anos 50 levou a uma maior dependência do centro da riqueza no Norte, em especial dos Estados Unidos. A diferença entre ricos e pobres foi gradualmente estruturada, tornando-se irreversível neste modelo de crescimento.

O chamado à mudança emergiu lentamente na América Latina. As pessoas começaram a ver que o sistema econômico era estruturalmente injusto. Um chamado a uma economia mais participativa foi levado adiante. Alimentos e bens dos quais as pessoas necessitam devem ser a prioridade e não os produtos para exportação. A tecnologia do trabalho intensivo deveria substituir a alta tecnologia que estava eliminando os empregos. Este foi o começo do movimento de libertação.

Movimentos de libertação surgiram por toda a América Latina e na maior parte do Terceiro Mundo. Logo emergiram as Comunidades de Base e, em algumas delas, a Bíblia começou a ser uma nova e dramática fonte de inspiração. Ao passo que a luta pela justiça

tinha suas complexidades políticas, econômicas e culturais, a dimensão da fé tornou-se cada vez mais importante para muitos grupos cristãos.

Eles compreenderam, de modo novo, que o Deus da Bíblia estava ao lado deles, ao lado dos pobres. A história do Êxodo tornou-se fonte de um grande conforto e desafio. Eles sentiram necessidade de sair de sua escravidão, do seu “Egito”. Da mesma maneira, os profetas do Antigo Testamento falavam a eles com uma energia e um dinamismo novo. Eles viram que até o culto a Deus era falso e nulo, a menos que as pessoas de fé estivessem comprometidas com uma justiça transformadora.

Novas intuições apareceram quando eles levaram suas lutas para a mensagem de Jesus no Novo Testamento. Jesus chamou os pobres de bem-aventurados (Lc 6,20) e puniu os ricos e os poderosos (Lc 6,25-26). A seus olhos os pobres eram bem-aventurados não porque a miséria era algo bom, mas porque o Reino estava próximo e, com ele, a transformação radical. Jesus era visto como uma ameaça à ordem estabelecida. Nele a palavra final não era rejeição, derrota e morte, mas vitória, justiça e vida. Isto alimentou a esperança dos pobres em meio à luta contra o poder esmagador do sistema de injustiça.

Como as comunidades de base e o movimento pela libertação continuaram a crescer, houve claramente uma necessidade de dar a ele uma direção e uma explicação numa perspectiva teológica. Isto levou à teologia da libertação.

Entre as novas intuições desta aventura teológica inata, estava a inclusão da dimensão social da salvação. Os teólogos da libertação apontaram para a denúncia política do Evangelho. Este condenava a injustiça de um modo muito específico e concreto e exigia uma mudança social em sintonia com o plano de Deus para a humanidade. Nesta nova luz o aspecto subversivo do Evangelho recebeu um novo enfoque.

A mensagem de Medellín pedindo a opção preferencial pelos pobres recebeu consideração especial no desenvolvimento da teologia da libertação. Em primeiro lugar e antes de mais nada, esta opção deve levar a pessoa a ver o mundo a partir do lado de baixo, do ponto de vantagem das vítimas. O que a opção pelos pobres pede da classe média é que ela abandone a perspectiva de sua própria classe com seus interesses e privilégios próprios e leia a sociedade a partir de baixo, através dos olhos das pessoas que estão marginalizadas na parte menos favorecida.

A segunda fase desta opção exige ação. Inclui solidariedade com os pobres e com a luta deles por justiça. Exige ação e testemunho público. Isto pressupõe que os pobres serão basicamente os agentes de sua própria libertação. Todos os que amam a justiça, em qualquer posição na sociedade, precisam apoiar esta luta pela libertação. A própria Igreja deve ser solidária com esta luta.

Esta opção preferencial pelos pobres e a análise social que surge do movimento de libertação e da teologia da libertação trouxe uma nova maturidade para o movimento de justiça no Primeiro Mundo. Nos anos 70, os missionários que voltavam do Terceiro Mundo começaram a trazer estas novas reflexões. Logo depois vieram os trabalhos traduzidos dos teólogos da libertação. As abordagens intelectuais, admiravelmente ricas, a partir do Vaticano II começaram a se tornar o material encarnado das lutas pela libertação em todas as sociedades e nações.

2.3 O amadurecimento do Movimento de Justiça e Paz

Os três componentes principais da teologia da libertação foram abraçados pelos defensores da justiça e da paz no Primeiro Mundo. Estes elementos eram a opção preferencial pelos pobres, a análise social levando a uma compreensão do pecado social e a prática. Estes fatores contribuíram para o crescimento e o desenvolvimento do estágio seguinte.

Justiça e paz em todas as suas diversas manifestações começaram a fazer parte dos projetos de ministério e de pastoral, mesmo quando ainda permanecia sob o domínio de um pequeno, mas crescente, grupo de cristãos. Este movimento começou a assumir maior expressão pastoral e sua base teórica tornou-se mais clara.

2.3.1 Análise social

Este processo engloba um programa de quatro passos destinado a qualquer grupo que deseja relacionar sua fé com a situação concreta em que vive.

O primeiro passo é a experiência. As pessoas devem conhecer todos os fatores que contribuem para sua situação de vida. Quanto mais elaborado, melhor serão os resultados.

Em segundo lugar vem a análise social propriamente dita, que tenta definir os elementos históricos e estruturais da realidade. Quais são as causas da situação? Que questões emergem? Quais são as políticas que definem as questões? Quais são as estruturas por trás da experiência?

Estas estruturas são econômicas, políticas e culturais. Através destas estruturas os bens da sociedade são distribuídos ou negados ao povo. A justiça, ou a injustiça, tem suas raízes nas estruturas que qualquer segmento da sociedade experimenta. Ao serem capazes de nomear e de entender as estruturas, as pessoas começam a se apropriar da realidade em que vivem e, o mais importante, elas estão no caminho para mudar significativamente esta realidade.

O terceiro passo na análise social é a reflexão teológica. Ao orar e ler as Escrituras, as pessoas começaram a descobrir o que a fé tem a dizer sobre a situação em que vivem. Novos temas foram desenvolvidos. Surgiram pistas de ação.

Isto leva ao quarto passo, o planejamento pastoral. Metas e objetivos são incorporados num plano de ação. Aqui a justiça e a paz tornam-se centrais à experiência de fé e à prática da comunidade cristã.

2.3.2 Opção preferencial pelos pobres

A experiência nos mostra que esta opção é um processo complexo de dimensões variadas. Ela implica numa série de escolhas conscientes, tanto pessoais como comunitárias. É um esforço para se afastar da tendência em servir àqueles que estão no topo da sociedade e buscar os interesses daqueles que estão na base. Podemos detalhar isto da seguinte forma:

(I) **Compaixão pelo Pobre**

A palavra pobre inclui principalmente aqueles que são materialmente pobres, mas também aqueles que são discriminados ou marginalizados pelas estruturas da sociedade.

O ponto de partida é a compaixão por todos os pobres. Esta compaixão significa em primeiro lugar acolher no amor, assim como o Deus da Bíblia acolhe no amor todos os pobres. Não porque eles são melhores do que os outros, mas simplesmente por serem pobres. Os argumentos de como eles ficaram pobres ou como podem ser ajudar mutuamente não é a questão no primeiro passo do processo.

De muitas formas o primeiro passo da compaixão, traduzido em atitude e ação para com os pobres, é uma das dimensões mais problemáticas do ministério de justiça e paz. Muitos consideram qualquer ministério para com os pobres um trabalho de justiça e paz. De fato, muitos ministérios para com os pobres e oprimidos são realizados, mas de um modo contrário aos objetivos finais de justiça e paz que é a transformação da sociedade que constrói as estruturas de injustiça. Muitas vezes o serviço aos pobres é realizado de tal modo que protege o *status quo*. Tais trabalhos mantêm as fontes de injustiça encoberta e os pobres impotentes e fechados em sua posição de desamparo. Devemos ver o equilíbrio como *não só/mas também* e não como *ou isto/ou aquilo* quando se trata de serviço aos pobres e de trabalhar pela justiça e paz que levam às mudanças estruturais. O estilo destas duas formas de ministério pode variar muito, mas elas devem estar abertas uma à outra. Esta distinção tem consequências pastorais significativas.

(II) **Reconhecimento dos Direitos Humanos**

Aqui significa simplesmente reconhecer que os pobres têm os mesmos direitos básicos que qualquer outra pessoa. O movimento Justiça e Paz visa provocar esta consciência entre os pobres, proclamando sua dignidade básica. Isto tende a levar a pessoa a descobrir as causas de sua pobreza e da falta de dignidade. Mais do que nunca esta nova consciência é uma ameaça para aqueles que se beneficiam das carências dos pobres.

(III) **Estruturas de injustiça**

Este tópico surge da análise social e traz à tona, com relativa clareza, as estruturas que mantêm os pobres em sua situação. O resultado é um chamado à transformação. Aqui começamos a ver a pobreza como a Bíblia: as pessoas são pobres porque outras são ricas e sua riqueza veio à custa dos pobres. Escolhem-se os lados e uma estratégia pastoral de ação deve ser assumida.

(IV) **A Experiência dos Pobres**

Em algum lugar neste processo devemos chegar à percepção de que os pobres devem ser basicamente os agentes de sua própria libertação. Isto significa que precisamos trabalhar **com** os pobres e não **para** os pobres. Eles têm uma riqueza de visão e de sabedoria para travar a sua luta. Esta descoberta surge lentamente nas pessoas que estão na

transição entre trabalhar **para** os pobres e trabalhar **com** os pobres. Isto, de fato, exige um processo de acompanhamento dos pobres em sua luta para a libertação.

(V) **Solidariedade**

Solidariedade é o resultado da transição entre trabalhar **para** os pobres e trabalhar **com** os pobres. Descobrimos infinitas formas de apoiar a causa da libertação. Um componente crítico desta solidariedade é o processo do crescimento da consciência. Desta forma, as pessoas começam a revelar as ideologias, os estereótipos e os escondidos modelos de estilo de vida e de consumo, que contribuem para a injustiça. Isto é melhor compreendido se entendemos como o pecado social age na consciência dos indivíduos.

O pecado social é caracterizado por uma cegueira coletiva, pelo egoísmo de classe e pela falta de consciência do mal presente na sociedade. Nos primeiros estágios não há envolvimento de culpa pessoal. Aqui o pecado é compreendido como infidelidade a Deus e como ação destrutiva comum, causado por uma falsa consciência. Este pecado é como uma doença. Ele nos destrói enquanto somos incapazes de reconhecer suas características e escapar de seu poder.

O primeiro nível de pecado social está nas injustiças e nas tendências desumanizadoras, construídas nas diversas instituições e estruturas – política, social, econômica, religiosa e outras – que personifica a vida coletiva das pessoas.

Um segundo nível de pecado está nos símbolos culturais e religiosos, que agem na imaginação e são favorecidos pela sociedade que legitima e reforça as instituições e as estruturas injustas e assim intensifica o mal feito a um crescente número de pessoas.

Num terceiro nível, o pecado social está na falsa consciência criada por estas instituições, estruturas e ideologias através das quais as pessoas se envolvem coletivamente na ação destrutiva como se estivessem fazendo a coisa certa.

É neste nível que começa a luta contra o pecado social. As pessoas abertas ao Espírito são capazes de se tornar conscientes e de se afastar das injustiças que são aceitas como verdadeiras em sua sociedade. Elas começam a reconhecer sua própria “escravidão ideológica”. É aqui que ocorre a conversão, através do aumento da consciência crítica. É aqui que nos confrontamos com as exigências das minorias, dos refugiados, dos migrantes, das mulheres e dos “menores” de qualquer posição social; é aqui que somos desafiados a olhar para o horror dos conflitos raciais, para a crescente distância entre ricos e pobres, entre nações e dentro das nações, temos que confrontar o *status quo*. Devemos aceitar como urgência a necessidade de ter uma visão mais crítica de nossa sociedade. Este é o coração da batalha – enfrentar nossa “escravidão ideológica”. Esta reflexão leva à ação, tomando uma posição firme contra a injustiça observada. É assim que começa a libertação da “escravidão ideológica”.

O quarto nível de pecado social está nas decisões coletivas, geradas pela consciência distorcida, que aumenta as injustiças na sociedade e intensifica o poder das forças desumanizadoras. Estas decisões são tomadas geralmente pelo corpo de decisão da elite dominadora.

Alguns exemplos bem óbvios do pecado social são: racismo, sexismo, consumismo, marginalização dos idosos, nacionalismo, militarismo e outros “ismos” que são parte de nossas vidas. Se considerarmos os movimentos de libertação de qualquer sociedade que pretende nos libertar destas injustiças institucionalizadas e da falsa mentalidade que elas produzem, os quatro níveis de pecado social são sempre centrais para a estratégia de

libertação. O aumento de consciência é sempre um dos elementos essenciais de qualquer movimento para a transformação social.

No processo de mudança social sempre surge um profeta, pessoal ou coletivo, para denunciar as forças desumanizadoras. O poder do profeta vem de sua clareza em proclamar a desumanidade numa situação. Então, a luta, valendo-se da linguagem e de outros símbolos culturais e religiosos profundamente enraizados no povo, começa a demolir os estereótipos e os preconceitos. Nossa falsa consciência é desafiada quando confrontada com a verdade. Devemos escolher a justiça, a vida sabendo expressar esta escolha na ação social, política e econômica buscando uma transformação. Esta é uma das expressões mais autênticas do ministério de justiça e paz.

2.3.3 Prática

A práxis é um processo de engajamento na realidade para transformá-la e torná-la mais justa e imparcial, mais expressiva e protetora da dignidade de todas as pessoas. A prática é um movimento contra o pecado social e todas as suas consequências.

Os teólogos da libertação mostraram a ligação entre a prática e o Jesus histórico. Jesus estava disponível ao Reino de Deus. Em sua prática, Jesus exerceu sua atividade apontando para a realidade ao seu redor, buscando transformá-la numa determinada proposta, a implantação do Reino. Ele convidou seus seguidores a continuar esta caminhada para o Reino. Este foi seu convite ao discipulado.

A ação de Jesus construindo o Reino mostra que ele era um partidário dos pobres. Ele se dirige aos pobres de um modo especial. Foi para eles que Jesus realizou os sinais do

Reino futuro – milagres, expulsão de demônios, comida e bebida de uma forma maravilhosa. É a partir deste ponto de partida entre os pobres que ele denuncia o pecado e arranca a máscara das racionalizações deste pecado. Ele pede a conversão de seus seguidores para que vejam esta realidade e a transformem. O discipulado exige ação.

3. Justiça e Paz: integração com evangelização

3.1 Justiça e Paz sob a luz do Evangelho

Nos anos que se seguiram ao Sínodo sobre a justiça, de 1971, uma afirmação básica do Sínodo seria a estrela guia dos esforços de justiça e paz na comunidade cristã. “A ação em favor da justiça e da participação na transformação do mundo surge para nós como uma dimensão constitutiva da pregação do Evangelho, em outras palavras, a missão da Igreja para a redenção da raça humana e sua libertação de toda situação opressora”.

Por muitos anos no serviço de justiça e paz a ênfase estava quase que exclusivamente no começo e no final desta afirmação fundamental: “A ação em favor da justiça e da participação na transformação do mundo... em outras palavras, a missão da Igreja para a redenção da raça humana e sua libertação de toda situação opressora”.

O chamado era para a ação, para envolver-se na ampla variedade de questões à medida que elas evoluíssem com intensidade quase esmagadora. Isto levou a alguns serviços muito difundidos de grande importância e, às vezes, à transformação eficaz de estruturas. Este chamado permitiu o surgimento de uma nova consciência a todas as formas de serviço e influenciou a articulação da Igreja levando-o a assumir sua missão em todos os níveis.

Contudo, como em qualquer desenvolvimento novo, o chamado teve suas distorções e desvios. Frequentemente, ele levou à divisão e ao conflito dentro da comunidade, que era mais destrutiva do que profética.

A maioria das pessoas, dentro de sua visão do Evangelho, não compreendia o significado teológico, pastoral e espiritual de justiça e paz. Esta nova proposta era estranha à experiência religiosa da maioria das pessoas. Ela era encarada como a escolha particular de alguns e realmente digna de admiração para a maioria, mas não essencial na busca por Deus.

Durante os últimos anos este ponto de vista da maioria está passando por uma transformação gradual. Contudo, a maioria das pessoas dentro da Igreja e da Ordem Carmelita ainda não conseguem compreender justiça e paz como uma dimensão essencial do Evangelho.

Este compromisso não é assumido como parte da experiência religiosa deles. Muito menos como parte da busca por Deus.

A mudança que veio, e continuará a vir, tem a ver com a integração contida na afirmação básica vista acima. O serviço de justiça e paz e, mais importante ainda, a perspectiva da justiça e da paz como a busca por uma autêntica expressão de fé, deve levar o Evangelho para a posição central, tal como está na afirmação básica. Em outras palavras, a evangelização deve ser o contexto, o cerne e a fundamentação do serviço de justiça e paz. Somente quando a evangelização é o centro que todas as distorções, os exageros e os desvios do serviço de justiça e paz caem por terra e a experiência verdadeira de fé brilhará nesta atividade. Quando entendidas no contexto da evangelização, a justiça e a paz não são uma opção para um serviço, mas sim, uma dimensão constitutiva da pregação do Evangelho.

Esta descoberta está no coração da transição para o amadurecimento do serviço de justiça e paz nestas duas últimas décadas. Embora nem tudo o que ocorreu sob a bandeira de justiça e paz esteve relacionado com o Evangelho, agora qualquer pregação ou vivência

verdadeira do Evangelho deverá abraçar o serviço de justiça e paz como um elemento essencial para caminhar nas pegadas de Jesus.

Não foi por acaso que o Sínodo que se seguiu ao Sínodo sobre Justiça abordou a Evangelização. Este sínodo, de 1974, levou à publicação no ano seguinte de um dos documentos mais importantes da Igreja: a *Evangelii Nuntiandi*, de Paulo VI.

3.2 O desenvolvimento da Evangelização Católica

“Evangelização” é um termo relativamente novo e geralmente pouco conhecido nos círculos católicos. O papa Paulo VI foi a fonte desta força crescente que tirou a evangelização das sombras da escuridão para uma posição de destaque no pensamento e na experiência católica.

3.2.1 O Sínodo de 1974: Sobre a Evangelização no Mundo Contemporâneo

Em 1973, Paulo VI percebeu a necessidade de uma renovação espiritual, em meio às amplas mudanças que se seguiram ao Vaticano II. Neste contexto ele escolheu como tema para o terceiro Sínodo dos Bispos em 1974 a Evangelização no Mundo Contemporâneo.

Como o Sínodo sobre Justiça, este sínodo foi marcado pela forte presença e atuação dos bispos do Segundo e do Terceiro Mundo. A nova diversidade era surpreendente. No final, os prelados preferiram não tirar conclusão precipitada sobre a riqueza de suas reflexões. Eles pediram que Paulo VI fizesse uma elaboração final sobre o tema da

evangelização, que eles perceberam ser mais profundo e desafiador do que as inspirações iniciais que tiveram. Eles concluíram com um breve resumo.

O Sínodo continuou com algumas considerações muito importantes em seu relato final. Ele afirmou a responsabilidade de cada cristão em participar ativamente na missão de evangelizar. Além disso, declarou: “Queremos confirmar mais uma vez que o mandato de evangelizar todas as pessoas constitui a missão essencial da Igreja”. Ele também afirmou que a Igreja é simultaneamente o objeto e o sujeito do esforço evangelizador:

De fato, este trabalho exige incessante conversão interior da parte dos cristãos e contínua renovação de nossas comunidades e instituições. Deste modo, a fé será mais forte, mais pura e mais íntima e nós nos ajustaremos melhor e teremos mais crédito como testemunhas da fé através da coerência de nossa vida individual e social com o Evangelho que devemos proclamar.

Numa de suas afirmações mais fortes, o Sínodo coloca grande ênfase, e pede mais clareza, no relacionamento entre desenvolvimento humano e evangelização:

Inspirados pelo amor de Cristo e iluminados pela luz do Evangelho, vamos nutrir a fé de que a Igreja, concretizando mais fielmente o trabalho de evangelização, anunciará a salvação de todas as pessoas ou, sem dúvida, sua total libertação e, de agora em diante, começará a praticar isto... Fiel à sua missão evangelizadora, a Igreja como uma comunidade verdadeiramente pobre, orante e fraterna deve fazer o possível para realizar a salvação integral ou a plena libertação de homens e de mulheres. Ela pode tirar do Evangelho as razões mais profundas e sempre novos incentivos para promover a dedicação generosa ao

serviço de todos – os pobres, especialmente os fracos e oprimidos – e para eliminar as conseqüências sociais do pecado que se manifestam nas estruturas sociais e políticas.

3.2.2 **Evangelii Nuntiandi**

Um ano após o término do Sínodo, Paulo VI divulgou sua clássica Exortação Apostólica *Sobre a Evangelização no Mundo Contemporâneo*, em 08 de dezembro de 1975. Este documento é corretamente chamado de a Carta Magna da Evangelização Católica. Na opinião do papa, um esforço renovado na evangelização era uma conseqüência natural do amadurecimento da Igreja após o Vaticano II. Paulo VI começa seu relato com três questões fundamentais:

1. *O que é que é feito, em nossos dias, daquela energia escondida da Boa Nova, suscetível de impressionar profundamente a consciência dos homens?*
2. *Até que ponto e como é que essa força evangélica está em condições de transformar verdadeiramente o homem deste nosso século?*
3. *Quais os métodos que se deverão seguir para proclamar o Evangelho de modo a que a sua potência possa ser eficaz? (EN 14)*

Na EN 15, Paulo VI chama atenção para a reciprocidade entre a Igreja e a evangelização. Ele afirma: “A Igreja nasce da ação evangelizadora de Jesus e dos doze... E, é exatamente esta sua missão e sua condição de evangelizador, antes de mais nada, que ela é chamada a continuar”.

Portanto, é a missão da evangelização que define a Igreja e não a Igreja quem define a missão. Por isso, dentro da Igreja, todo ministério, seja ele pastoral ou missionário, buscando os que não pertencem à igreja e os que não praticam e lidando com o crescimento espiritual dos fiéis, seja do interesse da justiça e da paz ou do serviço familiar – todos os ministérios convergem para servir esta missão fundamental e essencial que é a evangelização.

Na EN 17, Paulo VI continua a aprofundar o significado da evangelização:

Nenhuma definição parcial e fragmentária, porém, chegará a dar a razão da realidade rica, complexa e dinâmica que é a evangelização, a não ser com o risco de a empobrecer e até mesmo de a mutilar. É impossível captá-la se não se procurar abranger com uma visão de conjunto todos os seus elementos essenciais.

Paulo VI compreende que a evangelização é muito mais que uma forma do ministério da Palavra. Ela inclui toda a atividade pastoral da igreja no esforço de gerar uma nova era e um novo mundo.

Evangelizar, para a Igreja, é levar a Boa Nova a todas as parcelas da humanidade, em qualquer meio e latitude, e pelo seu influxo transformá-las a partir de dentro e tornar nova a própria humanidade... A Igreja evangeliza quando, unicamente firmada na potência divina da mensagem que proclama, ela procura converter ao mesmo tempo a consciência pessoal e coletiva dos homens, a atividade em que eles se aplicam, e a vida e o meio concreto que lhes são próprios (EN 18).

Portanto, a compreensão de Paulo VI sobre a evangelização é realmente magnífica! Ela envolve a transformação da humanidade e de todo mundo a partir de dentro. Desse modo o discipulado é um chamado à responsabilidade pelo mundo, trazendo a luz e a verdade de Jesus para todas as suas dimensões. Evangelizar é tornar-se útil facilitando e continuando a auto-revelação de Deus ao mundo. Jesus, a plenitude da auto-revelação de Deus, é a Mensagem. É muito mais do que passar adiante doutrina, tradição, passagens decoradas da Escritura ou criar experiências religiosas comoventes.

Evangelizar é tocar o coração, a mente e a imaginação da pessoa com a presença do Senhor Ressuscitado. O encontro se torna tão significativo que a pessoa começa a reinterpretar e redirecionar sua vida a partir de Jesus. Evangelizar é ajudar outra pessoa a acolher, a celebrar e a viver a presença do Deus vivo, revelado plenamente por Jesus e presente em nossas experiências humanas.

Ao salientar o conteúdo essencial da evangelização no Capítulo III, Paulo VI enfoca alguns elementos básicos que são muitas vezes esquecidos:

- Evangelizar é, em primeiro lugar, dar testemunho, de maneira simples e direta, de Deus revelado por Jesus Cristo, no Espírito Santo. Dar testemunho de que no seu Filho ele amou o mundo; de que no seu Verbo Encarnado ele deu o ser a todas as coisas e chamou os homens para a vida eterna (EN 26).
- No centro da mensagem: a Salvação em Jesus Cristo (EN 27).
- A interpelação entre o Evangelho e a vida concreta, uma mensagem explícita de libertação das forças desumanizadoras do mundo (EN 29 & 30).
- Libertação do pecado (EN 36).
- Beatitude em Deus, a última finalidade da humanidade (EN 35).

É aqui que Paulo VI amplia um dos mais difíceis conceitos teológicos no período após o Concílio: a natureza da salvação. É aqui especialmente que a íntima ligação entre justiça e paz e evangelização é claramente estabelecida. Ele desenvolve significativamente a afirmação dos bispos no terceiro Sínodo. Sua reflexão mostra um senso de equilíbrio e um senso de abertura. O significado de salvação é uma área muito fértil da criatividade teológica e pastoral hoje em dia. A EN deu uma importante contribuição para o enriquecimento da idéia de salvação.

Ao equilibrar os aspectos tradicionais da dimensão espiritual e extra-histórica da salvação com o conceito recentemente esclarecido de libertação intra-histórica de todas as pessoas, o espaço de atuação de justiça e paz, a *Evangelii Nuntiandi* apresenta uma visão equilibrada de salvação. Ela afirma que existe a “necessidade de reafirmar claramente a finalidade especificamente religiosa da evangelização” (EN 32). Além disso, a libertação que a evangelização proclama “não pode ser limitada à simples e restrita dimensão econômica, política, social e cultural, mas deve ter em vista o homem todo... incluindo a sua abertura para o absoluto, mesmo o absoluto de Deus” (EN 33).

Contudo, Paulo VI é inflexível em sua insistência de que a salvação começa dentro da história. Ele acrescenta que a proclamação da Boa Nova exige um chamado pela libertação de tudo que atrapalha nossa humanidade plena. “A Igreja tem o dever de anunciar o nascimento desta libertação, de dar testemunho em favor dela, de envidar esforços para que ela chegue a ser total. Isso não é alheio à evangelização” (EN 30).

A linguagem do documento muitas vezes alterna as palavras salvação e libertação ou fala de “salvação libertadora”: “Entre evangelização e promoção humana – desenvolvimento, libertação – existem de fato laços profundos” (EN 31). Mantendo a tensão criativa, ele repete: “Mas reafirmando sempre o primado da sua vocação espiritual,

ela recusa-se a substituir o anúncio do reino pela proclamação das libertações puramente humanas e afirma mesmo que a sua contribuição para a libertação ficaria incompleta se ela negligenciasse anunciar a salvação em Jesus Cristo” (EN 34). O reino de Deus em Jesus, e a conversão a ele, exige compromisso contínuo e radical com a transformação dos indivíduos e das estruturas sociais a partir do plano de Deus de justiça e paz, amor e integridade plena para toda a humanidade.

Paulo VI continua mostrando que a Igreja tem a firme convicção de que toda a libertação temporal e política, não importa quão forte seja sua reivindicação de uma profundidade teológica no seu surgimento, corre o risco de auto-decepção massiva sem uma espiritualidade autêntica como sua força inspiradora. “Ela encerra em si mesma o germen da sua própria negação e desvia-se do ideal que se propõe, por isso mesmo que as suas motivações profundas não são as da justiça na caridade, e porque o impulso que a arrasta não tem dimensão verdadeiramente espiritual e a sua última finalidade não é a salvação e a beatitude em Deus” (EN 35).

No Capítulo IV sobre os métodos, Paulo VI registra as várias maneiras de realizar a evangelização. No topo da história está o testemunho: “O homem contemporâneo escuta com melhor boa vontade as testemunhas do que os mestres ou então se escuta os mestres, é porque eles são testemunhas” (EN 41).

Portanto, a igreja evangeliza quando se torna um sinal digno de crédito ou um “sacramento” do amor de Deus no mundo. Através de nossa participação ativa no mistério pascal de Cristo, o poder transformador de um amor, que cura, reconcilia e é fiel, continua a ser revelado para todo o mundo. Sem uma expressão concreta, sem prática no amor e na amizade, a proclamação verbal da Palavra permaneceria vazia, ineficaz e até mesmo, num sentido real, inacreditável. O valor evangelizador da vida cristã genuinamente vivida é

enorme, pois ele torna presente e encarna o mistério do Evangelho na situação em que vivemos.

O Capítulo VII fala sobre “O Espírito da Evangelização”. O papel do Espírito Santo é realçado. “As técnicas da evangelização são boas, obviamente, mas, ainda as mais aperfeiçoadas não poderiam substituir a ação discreta do Espírito Santo. De igual modo, a dialética mais convincente, sem ele, permanece impotente em relação ao espírito dos homens e das mulheres... É na missão evangelizadora da mesma Igreja que ele mais age” (EN 75).

Novamente o papa se volta para a importância do testemunho cristão como essencial para a missão evangelizadora. Este espírito alegre deve ser alimentado por uma espiritualidade autêntica.

“E que o mundo do nosso tempo que procura, ora na angústia, ora com esperança, possa receber a Boa Nova dos lábios, não de evangelizadores tristes e desencorajados, impacientes ou ansiosos, mas sim de ministros do Evangelho cuja vida irradie fervor, pois foram os que receberam primeiro em si a alegria de Cristo, e são aqueles que aceitaram arriscar a sua própria vida para que o Reino seja anunciado e a Igreja seja implantada no meio do mundo” (EN 80).

4. Assumindo a Justiça e Paz: os carmelitas hoje

4.1 A renovação carmelita: os Documentos

Na era pós-Vaticano II, como a renovação das ordens religiosas, os carmelitas desenvolveram uma série de documentos expressando esta experiência de renovação. Isto inclui documentos do Conselho das Províncias, das Congregações Gerais e dos Capítulos Gerais junto com algumas declarações da liderança da Ordem. As declarações são uma tentativa dos carmelitas expressarem seus valores mais queridos e suas intuições mais profundas na busca contínua de sua auto-compreensão. Os relatos falam da tentativa da Ordem de recuperar seu carisma com novo fervor e entusiasmo na realidade em que vivemos hoje.

Neste campo da literatura existe muito material sobre justiça e paz. Dentre eles salientamos: “No Meio do Povo” de 1975, “Chamado a prestar contas aos pobres” de 1980, e a mensagem de 1987 do Conselho das Províncias sobre justiça e paz. Contudo, praticamente não há menção sobre evangelização até 1992 quando surgiram dois pronunciamentos bem significativos sobre este assunto. O primeiro foi uma carta conjunta dos dois gerais, John Malley O.Carm. e Camilo Maccise O.C.D., pela ocasião do Quinto Centenário da Evangelização da América.

Os dois documentos mostram como a Ordem compreendeu a ligação entre justiça e paz e evangelização. Este relacionamento pede uma profunda revisão do carisma carmelitano hoje.

4.2 A Carta dos dois Gerais: uma nova Espiritualidade

A carta conjunta do Prior Geral e do Prepósito Prior Geral chamada *Uma Comunidade Orante a Serviço do Povo*, afirma: “O modo como interpretamos nosso carisma e como renovamos nosso compromisso com ele hoje, começa a partir de nossa leitura dos sinais dos tempos e dos grandes desafios da Nova Evangelização” (16).

O papa João Paulo II usou pela primeira vez o termo “Nova Evangelização” no Haiti, em 1983, para pedir um novo esforço para levar o Evangelho à América Latina em meio a seu sofrimento. Pobreza e crise espiritual. Em sua encíclica *Christifideles Laici* (1988), a Nova Evangelização foi proposta como um plano pastoral orgânico para toda a Igreja. Não é um chamado para um novo Evangelho, mas para um novo entusiasmo, novos métodos e nova expressão em proclamar Jesus e sua mensagem àqueles que supostamente já a ouviram.

Os gerais continuam dizendo:

Uma Nova Evangelização só será nova se vier de uma nova espiritualidade... Como no caso de Maria, Elias, Santa Teresa e São João da Cruz, esta nova espiritualidade deve começar a partir de uma nova experiência do Deus vivo em cuja presença permanecemos constantemente. Como no caso de Jesus, ela deve começar com um amor apaixonado pelo Pai que, por sua vez, deve tornar-se um amor apaixonado pelos pobres e marginalizados (17).

Finalmente, se a justiça e a paz como uma abertura à realidade entrarão no íntimo de nossa vida carmelitana, elas devem ser experimentadas no contexto desta nova espiritualidade que consolidará a Nova Evangelização. Nossa espiritualidade carmelitana sempre partiu da experiência de Deus. Justiça e paz devem ser assumidas no meio desta experiência de Deus se forem essenciais à nossa vida carmelitana. Isto será afirmado na carta. Eles mostram que relembrar os erros cometidos na evangelização do passado ajudará a não repeti-los.

Além disso, ela nos ajudará a sermos mais abertos àquilo que é novo, e que vemos aparecer às margens da história, como um sinal do Deus que busca estar mais presente em nossas vidas como indivíduos e como comunidades (13).

Registrando o que é novo em nossas vidas e os lugares em que Deus busca estar mais presente, a carta continua lembrando os principais componentes de uma perspectiva de justiça e paz nos dias atuais: opção pelos pobres, natureza profética de nossa vida consagrada, nossa acolhida aos marginalizados e nossa busca por uma espiritualidade mais inserida na realidade da vida do povo (13).

O mesmo assunto foi tratado no X Conselho das Províncias (1987) sobre justiça e paz. Na Mensagem para a Ordem, o Conselho afirma: “Estamos conscientes que nossa tradição contemplativa nos desafia ‘a encontrar o rosto de Deus’ no rosto dos pobres (Puebla) e que aqueles que desejam ver Deus devem agir com justiça (Jr 22,16)”.

A fonte mais rica para a compreensão do lugar da justiça e paz na nova espiritualidade de que os Gerais falam, é mergulhar nas profundezas da evangelização. Esta reflexão revelará gradualmente as novas direções: para justiça e paz, para a evangelização e

para uma nova espiritualidade. Este mergulho será uma contribuição muito proveitosa para nossa busca constante pela renovação de nossa vida carmelitana.

4.3 Congregação Geral sobre a Evangelização

Na Congregação Geral de 1992, o Prior geral, John Malley, apresentou contribuições importantes ao partilhar em seu discurso de abertura o tema da evangelização. Ao falar sobre a Nova Evangelização no contexto de nossa vida carmelitana hoje, o Geral mostrou que por oitocentos anos tem havido um compromisso básico com o Evangelho expresso por três pontos principais na tentativa inflexível, mas muitas vezes evasiva, de viver nosso carisma:

1. viver na fidelidade a Jesus Cristo e buscar o Deus vivo pela oração e pela meditação da Palavra;
2. crescer em comunidade e fraternidade através do respeito mútuo, do diálogo e da cooperação;
3. servir o povo de Deus imitando o profeta Elias e Maria, nossa Mãe.

Deste modo, nossa visão da Igreja e da vida religiosa e, confiantemente, do ministério de justiça e paz na ampla missão de evangelização, sempre expressará os valores básicos de nossa herança: a contemplação, a comunidade e a profecia.

Para John Malley, estes valores tradicionais terão um impacto em nosso ministério de evangelização. Consequentemente, certos temas receberão mais ênfase:

A Palavra de Deus, fraternidade e comunidade, Elias/dimensão profética, a prática da presença de Deus, 'a postura de ouvinte e de oração de Maria', justiça e paz, solidariedade e serviço.

Reconhecendo a centralidade de Jesus para a evangelização, o Geral faz a pergunta, mais significativa: “Que Jesus nós seguimos? Nem todo Jesus é compatível com o Jesus histórico dos Evangelhos ou com suas palavras e sua mensagem sobre o reino de Deus”.

Na sua apresentação aos membros da Congregação, Camilo Maccise O.C.D., Prior Geral dos Carmelitas Descalços, responde a pergunta. Ele esboça três modelos de evangelização: o tradicional, o moderno e o libertador. Para ele o encontro mais autêntico com o Jesus histórico e sua mensagem sobre o Reino está no modelo libertador de evangelização.

Aqui estão as características do modelo libertador de evangelização:

- *Kerygma* não é apenas um anúncio, mas um evento que atinge todos os aspectos do ser humano e da sociedade;
- a evangelização deve libertar de todas as formas de escravidão gerada pelo pecado pessoal e social;
- a verdade real da evangelização se verifica em seus resultados, a libertação faz parte do processo evangelizador;
- o sujeito a ser evangelizado é dialético: o pobre nos evangeliza e nós o evangelizamos;

- o evangelizador é visto como pobre e, assim, dará crédito à sua esperança;
- os pobres são os destinatários privilegiados da evangelização;
- a forma deste diálogo é a solidariedade;
- o “Kairos” está presente quando o Evangelho é anunciado àqueles que são os últimos;
- quando fazemos uma opção pelos pobres, ocorrem conflitos:
 - ☐ com aquelas situações que não permitirão mudança na sociedade;
 - ☐ com as instituições que defendem os interesses das classes dominantes;
 - ☐ com a ideologia dominante.

Nesta proposta de evangelização libertadora, a relação com justiça e paz chega a um desenvolvimento maduro. Justiça e paz como palavras raramente são mencionadas, mas a perspectiva de justiça e paz é como o fermento que permeia e sustenta todo o processo. Quando o Evangelho é pregado dentro deste paradigma de fé, a libertação é o objetivo espiritual mais profundo, atingindo a dura realidade concreta que a maioria das pessoas suporta neste mundo pecador. Todas as formas desumanizadoras são atacadas com o poder da mensagem libertadora de Jesus em sua total integridade. Esta proclamação gera igualmente uma libertação dentro da história, no mundo fragmentado do ‘ainda não’, o mundo da fome, da violência, das drogas, da alta mortalidade infantil e do aborto. Da mesma maneira, existe uma libertação que abre as pessoas às riquezas insondáveis do Espírito que estão presentes quando Jesus é abraçado com desejo pelo discipulado pleno.

É uma mensagem libertadora que exige transformação de todos os aspectos da experiência humana: política, econômica, social, cultural. Na verdade, em todos os

relacionamentos. É aqui que se experimenta justiça e paz como uma dimensão constitutiva da pregação do Evangelho.

Em sua mensagem à Ordem, a Congregação Geral faz um apelo para abraçarmos decisivamente a Nova Evangelização. Isto significará reavaliar muitos de nossos atuais ministérios mais tradicionais. Ela faz um chamado aos carmelitas pedindo que estabeleçam novos caminhos, um novo estilo de vida, mais inserido na realidade vivida pelo povo e mais comprometido com esta realidade. Ela exige uma espiritualidade mais encarnada, profética e comunitária. Esta espiritualidade deve se concentrar na libertação do povo de todas as conseqüências do pecado, tanto na esfera do pessoal como na esfera das estruturas e das instituições imperfeitas da sociedade que muitas vezes esconde e protege os vários modelos de injustiça.

Este caminho da evangelização libertadora exige uma obediência constante à Palavra de Deus, conversão contínua e uma verdadeira inculturação. À luz da opção feita em Manila (1987) pelos materialmente pobres e reconhecendo que quando evangelizamos também somos evangelizados, prosseguimos na direção de uma salvação futura conhecida apenas por Deus “alegres na esperança, pacientes na tribulação, perseverantes na oração, solidários com os cristãos e demonstrando hospitalidade” (Rm 12,12-13).

A ligação integral entre o ministério de Justiça e Paz e Evangelização tem chegado a consciência de nossa Ordem. Ela se manifesta nos pontos de semelhança entre a Mensagem à Ordem enviada de Manila, em 1987, sobre justiça e paz e a Mensagem à Ordem sobre Evangelização de Caracas, em 1992.

5. Justiça e paz na tradição de Elias

Nosso irmão Carlos Mesters fez uma palestra no Capítulo Geral de 1983 intitulada “Caminhando na Presença do Senhor no Espírito de Elias”. O conteúdo desta conversa foi aparecendo, pouco a pouco, em vários documentos de Renovação, incluindo nossas Constituições. No Capítulo IX, “A Missão Apostólica em nome da Justiça e da Paz no Mundo”, aparecem os três caminhos de Elias. São eles: “o caminho da justiça”, “o caminho da solidariedade” e “o caminho da mística”. Nestes três caminhos, propostas fundamentais para a missão e para a auto-compreensão de Elias segundo as Escrituras, Carlos Mesters oferece uma síntese maravilhosa entre justiça e paz e nossa tradição carmelitana.

1. O Caminho da Justiça: denunciar as causas da pobreza e da injustiça.

Elias falou abertamente de sua experiência de Deus. Ele falou como um profeta. Sua compreensão da Aliança permitiu ver com clareza o mal presente nas ações do Rei Acab e de Jezabel. Sua denúncia da situação econômica, social, política e religiosa é direta e objetiva. Ele não podia suportar a mentira dos falsos profetas, tentando passar uma visão distorcida de Deus para justificar as injustiças de Acab.

Elias convida o rei e o povo a voltar para o Deus verdadeiro, Yahweh. Ele não pediu caridade ou filantropia. Ele exigiu justiça, o fundamento da Aliança.

*Na Bíblia a justiça aparece quando as pessoas e as coisas descobrem seu próprio lugar no plano de Deus. É lá que a **ordem justa** aparece. Elias assumiu uma atitude pela justiça baseada na Aliança. Ele imitou Deus; ele ouviu o clamor dos pobres e começou a agir (Mesters, 1983, 53).*

Finalmente, foi o povo que percebeu a honestidade de Elias e de sua proposta quando ele proclamou: “Javé é o Deus verdadeiro! Javé é o Deus verdadeiro!” (1Reis 18,39).

2. O Caminho da Solidariedade: combater a pobreza e a injustiça pela renovação da comunidade.

Elias sabia que denunciar a injustiça não era o suficiente. Pois a pobreza nem sempre é causada pela injustiça, mas muitas vezes por desastres naturais, calamidades, doenças e morte. Estas fontes de sofrimento humano não são compreendidas na Bíblia como o problema definitivo. Em vez disso, a indiferença da comunidade frente à injustiça, desastres naturais, doenças e morte é a causa mais significativa do desespero humano.

A comunidade deveria ser a aliança de Deus com a humanidade contra a desgraça, seja ela fruto do destino ou da injustiça. Esta é a raiz da solidariedade e da partilha na mensagem da Bíblia. A comunidade deveria testemunhar o plano de Deus, um plano de solidariedade divina em meio ao sofrimento humano. “A influência da comunidade no mundo não se baseia no armamento ou na tecnologia, nem no poder da riqueza, mas sim no poder do serviço e do testemunho: o serviço de solidariedade que acolhe o pobre; o

testemunho da solidariedade que tenta partilhar a riqueza e eliminar a pobreza de seu meio (Dt 15,4)” (Mesters, 1983, 56).

3. O Caminho da Mística: combater a pobreza e a injustiça através de uma consciência renovada.

A maior injustiça contra o pobre é o roubo de sua consciência, a distorção ideológica que lhes rouba o amor-próprio como filhos de Deus.

Qualquer trabalho por justiça e solidariedade que não estiver enraizado na devolução aos pobres deste dom inestimável que é verdadeira consciência de sua dignidade humana, sua confiança no amor infinito de Deus e no envolvimento em sua causa, será sempre inadequado. “Qualquer tentativa feita será nada mais do que cirurgia plástica em um cadáver, um enxerto em galho morto, um pouco de reboco numa parede quebrada” (Mesters, 1983, 59).

As sufocantes e mortais raízes da injustiça, só podem ser eliminadas se houver uma mudança social transformadora, mas também a recuperação da consciência dos pobres, da sua auto-estima como filhos de Deus. Eles devem receber a Boa Nova do Reino vindouro de Deus, onde os pobres são verdadeiramente abençoados. Esta verdade está no coração da tão necessária transição entre trabalhar para os pobres, sendo solidário e convivendo com eles, e trabalhar com os pobres, na causa da justiça e da paz. Numa análise final, a verdadeira libertação para os pobres só chegará através da ajuda mútua e da dependência total em Deus. Eles devem saber que não estão abandonados. Deus está no meio deles.

Em sua vida, Elias foi uma testemunha viva da presença de Deus no meio do povo. Toda sua vida foi um serviço a Yahweh, o Deus do povo (1Reis 17,1-15). O povo sabia disso, já que Elias era conhecido como uma pessoa completamente disponível e aberta à ação gratuita do Espírito de Deus (2Reis 1,9), vestia-se com roupas grosseiras (2Reis 1,8), alimentava-se do que a natureza oferecia (1Reis 17,4) ou do que os pobres partilhavam com ele (1Reis 17,9). A causa de Elias era a causa de Deus: *Zelo zelatus sum pro Domino Deo Exercituum* (1Reis 19,10). A oração de Elias provocou o poder de Deus em favor do povo: ele fez o fogo descer dos céus (1Reis 18,36-38; 2Reis 1,10-12), trouxe a chuva depois de uma longa estiagem (1Reis 18,45; Tiago 5,18), ressuscitou o filho da viúva (1Reis 17,21-22). O próprio nome “Elias” é um resumo de sua fé e de seu testemunho: “Meu Deus é Yahweh!” (Mesters, 1983, 62).

Elias percorreu o caminho místico, mas este não o livrou do caminho do medo e da dúvida interior, da ansiedade e da confusão. Ele escapou de Jezabel e quis morrer (1Reis 19,1-4). Em sua fraqueza e escuridão Elias procurou novamente por Deus. Para sua surpresa e espanto, ele não encontrou Deus nos sinais tradicionais da experiência de Moisés no Monte Horeb, tais como a tempestade, o relâmpago e o terremoto. Contudo, foi na brisa suave que ele encontrou Deus (1Reis 10-14). Em meio à sua ansiedade ele aprendeu, para seu espanto, que a causa de Deus não dependia dele. Pelo contrário, ele aprendeu que seu trabalho profético era totalmente dependente de Deus. É Deus quem defende Elias, não Elias a Deus!

Elias teve que estar aberto à uma transformação de sua consciência. Ele precisou ajustar sua antiga visão a uma nova realidade. Ele se abriu à conversão. Mesmo na velhice e apoiado nas muitas vitórias pela causa de Deus, ele não se envergonhou de abrir-se a uma experiência, mais nova e transformadora, de seu Deus, sempre novo e cheio de surpresas.

Elias aprendeu que Deus não estava com ele apenas em suas vitórias, mas também na repressão, na angústia e na fuga (Mesters, 1983, 66).

Espiritualidade Bíblica: a luta por justiça e paz

1. Introdução

Toda a Igreja é chamada a lutar por justiça e paz. Esta é uma de suas tarefas essenciais. A igreja deve tornar-se uma Igreja para os outros, uma Igreja para os “oprimidos”.¹ Isto significa que a Igreja deve tornar-se uma igreja portadora da paz.

O trabalho por justiça e paz é uma luta pesada e cheia de desafios. Os desafios não vêm apenas da humanidade, mas também de forças impessoais dentro de um sistema e possuem seus próprios impulsos e dinâmicas. Um deles é o chamado sistema consumista neo-liberal. Dentro deste sistema, a política e a economia dominam tudo. Como qualquer outro sistema ele se baseia na pressuposição de certos valores. Existe competição, mas nem todos têm oportunidades iguais. O sistema é planejado tendo o lucro em mente. Tal sistema é gigantesco e engole as pessoas pelo bem do lucro desejado. O sistema é o mestre que deve ser obedecido.² Não é de surpreender que em tal situação o rico se torne mais rico e o pobre mais pobre. Aqueles que têm menos estão sempre do lado perdedor porque não têm a oportunidade de competir.

Outro desafio vem daqueles que possuem políticas sofisticadas e meios de opressão. Por exemplo, hoje temos o modo como o comércio, a educação profissional e o conceito de segurança nacional são usados para justificar as ações de regimes opressores. Tendo tudo isso em mente, surge a seguinte pergunta: podemos nos opor a tanta injustiça?

¹ Ver *Concilium*, 198 (4/1988) com o tema “Diakonia: Igreja para os Outros”.

² Cf. A. Nolan, *Yesus sebelum Agama Kristen* (Yogyakarta, Kanisius, 1991) 15-17.

Podemos lutar por justiça e paz? Por onde começamos? Nossa luta tem qualquer significado? O que podemos fazer? Nossa luta por justiça e paz colocará em perigo a tranquilidade da Igreja?

Ao respondermos estas perguntas, ficamos frente à frente de nós mesmos. Ocorrem pensamentos como: Você não pode mudar o mundo. Não há esperança. A opressão é parte da cultura. Isto é mais fácil de ser dito do que realizado. Devemos ser práticos e realistas. Cuidado, você pode comprometer a Igreja!

Então, o que devemos fazer? O maior inimigo da fé é o medo, uma atitude de derrota antes mesmo de tentar, uma crença em nada maior do que seu próprio poder e a incapacidade de tomar decisões. Estamos falando da falta de fé. O que mais precisamos na luta por justiça e paz é de fé. A fé torna possível o impossível (Mc 11,23-24; Lc 17,6; Mt 17,19-20). A fé é uma reversão radical de vida que não dá lugar a meio medidas. Precisamos de conversão e de graça. Conversão significa estar ao lado do reino de Deus (Mt 6,33) e realmente ter fé na verdade daquilo que esperamos.

Precisamos de uma espiritualidade ou espírito e entusiasmo para nos mover. Portanto, precisamos examinar as Escrituras para compreender as razões de nossa luta e para receber a água da vida que o próprio Cristo nos oferece. Nosso desejo por justiça e nossa disposição para nos envolvermos na luta para levar justiça e paz se baseia em nosso encontro com Deus, o coração da própria contemplação.

2. Deus defende os oprimidos

A primeira verdade de fé que deve fundamentar nossa luta é que o Senhor é o Deus que ouve o clamor dos oprimidos.³ Seu nome é YAHWEH que significa Deus que liberta os oprimidos. Este é seu nome e sua designação de geração em geração e para sempre (Ex 3,15).

Deus é “Pai dos órfãos e protetor das viúvas” (Sl 68,6). Significa que Deus defende os oprimidos porque na Escritura “os órfãos e as viúvas” representam todas as pessoas marginalizadas. Assim, Ele certamente punirá os opressores (Ex 22,21-23) e não ouvirá suas orações quando eles erguerem suas vozes a Ele (Pr 21,17). As bênçãos e as maldições dependem da atitude da pessoa para com os pobres e marginalizados (Nm 15,7-11).

As conseqüências desta verdade são muito profundas. Aquele que vê seu próximo sendo oprimido e permanece em silêncio, não tem o amor de Deus nele (1Jo 3,10). Ele não vive por sua fé em Deus (cf. Tg 2,1-13). Somente aquele que é inspirado por uma profunda crença nesta verdade de fé é capaz de tomar uma decisão na fé. Tal pessoa agirá como Neemias quando ele viu seu irmão oprimido (cf. Ne 5,1-13).

3. Deus fica irado e triste diante da opressão

O segundo elemento na espiritualidade da luta por justiça e paz é a fé na ira e no sofrimento de Deus que não fica satisfeito diante da opressão dos pobres. Esta imagem de

³ R. Burns, “O livro do Êxodo”, em *Concilium*, 198 (1/1987), 11-12. Ver p. 26.

“ira e sofrimento” de Deus é altamente antropomórfica. Contudo, ela não pode ser evitada quando falamos de Deus. A humanidade pode falar de Deus porque “Ele revestiu-os com a sua própria força e os criou à sua imagem” (Eccl 17,3). Falamos de Deus como se Ele fosse humano e, na verdade, isso é tudo que podemos fazer. Tal conversa não é falsa porque a humanidade foi criada à imagem de Deus.⁴

Esta revelação com respeito à ira e ao sofrimento de Deus diante da opressão dos pobres torna-se mais evidente na pregação dos profetas. Não são apenas os profetas do século VIII antes de Cristo como Amós, Miquéias e Isaías que fazem crítica social, mas também os profetas dos séculos VII e VI como Sofonias (3,1-8), Jeremias (5,26-29; 9,2-6.11-12; 22,1-8.13-9) e Ezequiel (22,1-16). Eles dizem que Deus não permanece em silêncio diante da opressão, da extorsão e da injustiça praticada contra os pobres. Ele pune os opressores (Is 1,24). Ele sofre junto com os oprimidos (Is 3,12).

Como podemos compreender estas emoções em Deus? A ira de Deus não é a ira do ódio e da auto-satisfação, mas a ira da misericórdia. Deus tem realmente raiva dos opressores porque ele é cheio de misericórdia para com os pobres que estão oprimidos. Esta ira nasce do amor. E quem não amou sem sentir raiva pelo menos uma vez?⁵

Talvez alguém pergunte por que os profetas eram tão corajosos, a ponto de fazer sua crítica social? As pessoas os respeitavam? Ou será que o povo era homogêneo? Estas não são as razões de modo algum. A coragem dos profetas vinha de Deus. Eles estavam repletos de Deus: “Eu, porém, estou cheio da força do espírito de Javé, do direito e da fortaleza, para denunciar a Jacó o seu crime e a Israel o seu pecado” (Mq 3,8). Portanto, eles não poderiam esconder a ira e o sofrimento de Deus. Eles tinham que pregá-los (Am

⁴ Cf. G. de Geerrardon, *L’homme a l’image de dieu*, *Nouvelle Revue Theologique*, 11 (1958), 683-595.

⁵ B. A. Pareira, *2Keibuan dan heerahiman Allah Bapa Kita*, *rohani* 41(4/1994) 121-127. Ver p. 125.

3,8; cf. a pergunta de Paulo sobre seu chamado em 1Cor 9,6). Precisamos refletir profundamente sobre esta verdade.

A teologia dos profetas com respeito ao pecado de injustiça social também poderia nos impelir a lutar por justiça e paz hoje.⁶ Para Amós, onde os pobres são desprezados ou onde prevalece a injustiça, orar e celebrar são ações pecaminosas. Quanto mais o opressor reza, maiores são seus pecados (Am 4,4; também cf. 5,21-24). Para Isaías, tudo que Deus quer do povo que ele ama é justiça e integridade (Is 5,17). Para Miquéias, a construção de templos não é sinal ou garantia de que Deus acolha Israel (cf. Mq 3,11).

4. Jesus morreu porque pregou a Boa Nova aos pobres

O terceiro elemento na espiritualidade da luta por justiça e paz é acreditar na cruz de Jesus. Esta cruz deve ser colocada dentro do contexto de sua história verdadeira. Precisamos aprofundar nossa compreensão de suas razões históricas. Esta não é uma tarefa fácil, mas não pode ser evitada. Jesus era um homem comum (Fl 2,5-11) e também foi crucificado como um homem pelos colonizadores romanos. Não é verdade que ele foi crucificado principalmente por causa do ódio e da inveja dos líderes religiosos? Por quê? Porque ele mudou a compreensão que o povo tinha de Deus. Ele defendeu os oprimidos e tinha misericórdia para com eles. A Boa Nova que ele pregou foi paga ao preço de sua

⁶ Ibid., “Kitab suci dan keadilan sosial”, um ensaio apresentado durante um seminário da União Católica dos membros do IKIP Malang, em 21 de outubro de 1991. Este ensaio se encontra numa brochura intitulada “Keadilan sosial dalam Pendidikan Katolit”, pp. 7-18.

própria vida.⁷ Jesus disse: “Não existe amor maior do que dar a vida pelos amigos” (Jo 15,13), e seus amigos eram os oprimidos. Ele viveu para os outros. Sua morte foi um serviço. Jesus estava consciente de que ao dar sua vida pelos oprimidos, estaria prestando a eles um serviço maior do que vivendo. Sua morte constantemente provoca a fé.

Existe uma opinião que limita as razões para a crucificação de Jesus à questão da purificação do templo (Mc 11,15-19). De acordo com esta opinião, Jesus morreu na cruz porque “ele pecou (causando desordem civil), estando no lugar errado (no templo) e na época errada do ano (pouco antes das celebrações pascais)”.⁸ Esta, na melhor das hipóteses, é a última das razões. O problema é maior do que este: é uma questão envolvendo todas as atitudes de Jesus, seu estilo de vida e seus ensinamentos.

Acreditar na cruz de Jesus é também acreditar em seu ensinamento, especialmente no que diz respeito ao modo de tornar-se Seu discípulo. Uma das condições básicas para tornar-se um discípulo é uma atitude de sacrifício e de saber como partilhar o que se tem com aqueles que sofrem (Mc 10,17-27). Ninguém pode se tornar discípulo de Jesus, a menos que ele ou ela tenha este espírito. Nossa atitude para com o sofrimento é a medida e a prova de nosso amor verdadeiro (cf. Mt 25,31-46; Lc 10,25.37). Jesus provou isto em Sua vida.

5. Não há paz sem justiça

⁷ Ibid., Uma explicação mais completa pode ser encontrada em meu ensaio “Jesus e a Política” apresentado durante um seminário intitulado “Yesus dan zamanNya” (Jesus e Seu Tempo) em Girisonta, 11-14 de maio de 1994.

⁸ G. Vernes, *A Religião de Jesus, o Judeu*, Minneapolis: Fortress Press, 1993.

A Bíblia afirma repetidas vezes bem claramente que a paz começa e cresce apenas se existe verdade e justiça (cf. Is 11,1.10; 32,15-20; 59,1-8; Sl 85). Os fundamentos da terra tremerão se não houver justiça. Aquele que luta por justiça e paz deve realmente estar convencido desta verdade.

Paz é um processo e não um estado; paz é uma luta e não uma gratuidade. Paz não é o mesmo que tranqüilidade. Se tudo está a salvo e ninguém tem a coragem de protestar, isso não significa que haja paz. A Justiça não pode ser simplesmente formulada como uma idéia, mas como um ideal. Onde existe injustiça, violência, medo, uso do poder e da força, então justiça significa tomar partido dos pobres, dos oprimidos, dos reprimidos, aqueles que vivem no medo e os perseguidos.⁹

Paz é o fruto da verdade: “Onde há verdade (zedaqa) a paz crescerá e o fruto da verdade é a tranqüilidade e a confiança (hashqet wabetaqkh) para sempre” (Is 32,17; cf. também 59,1-8.9-11).

Paz é o fruto da verdade: “Onde há verdade (zedaqa) a paz crescerá e o fruto da verdade é a tranqüilidade e a confiança para sempre” (Is 32,17; cf. também 59,1-8.9-11).

6. O clamor do apelo e do protesto

A Bíblia está repleta de paradoxos. Por um lado, este livro dá testemunho de que Deus é o defensor dos oprimidos, que Deus está irado e sofre por causa da agonia dos pobres. Por outro lado, a Bíblia também dá testemunho que Deus é um Deus paciente em ouvir os clamores dos oprimidos. Parece que Deus silencia diante da opressão e da injustiça

⁹ J. Moltman, “Paz, o Fruto da Justiça”, *Concilium*, 195 (1/1988) 109-120, ver pp. 115-116.

sofrida pelos pobres. O Livro dos Salmos freqüentemente dá testemunho deste fato. Neste livro muitas vezes ouvimos os clamores daqueles que não podem mais esperar pela resposta de Deus ao libertá-los da opressão (cf. exemplo Salmo 94). A terra está nas mãos dos opressores, mas Deus, o justo juiz, permanece em silêncio e não faz nada. Jó (9,23-24; 24,1-5), Jeremias e Habacuc protestam vigorosamente com Deus. Moisés também o faz (Ex 5,22; 6,1). O que significa tudo isso para nós, que temos a mesma experiência?

Uma possível explicação é que a luta por justiça e paz também deve ser apoiada pela perseverante oração diligente. A parábola da viúva e do juiz injusto enfatiza esta idéia: “E Deus não faria justiça aos seus escolhidos, que dia e noite gritam por ele? Será que vai fazê-los esperar?” (Lc 18,7; cf. também Eclo 35,9-24). A oração e o protesto dirigidos a Deus também são meios de se obter o Espírito da verdade e de declarar que não concordamos com toda a tirania que vemos.

7. As políticas da opressão e a força dos pobres

Quando Jesus enviou seus discípulos disse a eles, entre outras coisas: “Eis que eu envio vocês como ovelhas no meio de lobos. Portanto, sejam prudentes como as serpentes e simples como as pombas” (Mt 10,16). O que significa esta mensagem? Os discípulos experimentarão muitos desafios. Por isso, eles devem ser “sábios para o bem e sem compromisso com o mal” (Rm 16,19). Isto também significa que aqueles que lutam por justiça e paz devem compreender bem esta vida, compreender a política desonesta da

opressão e os corações dos pobres. Êxodo 1,1-12 e 36 pode dar uma valiosa contribuição para uma compreensão deste problema.¹⁰

O faraó teve medo do poder do pobre (Israel) e o encarou como uma ameaça a seu poder. Por ter medo, ele praticou uma política que fez os outros terem medo e serem insensatos (Ex 1,8-10). Ele agiu sabiamente em sua opressão, ou seja, usando os outros (Ex 1,11-22). Israel foi o bode expiatório para fortalecer seu poder. Tal política é muitas vezes repetida na história. Outro modo é dividir os oprimidos e, assim, governá-los (Ex 5,1-21). Moisés foi acusado de ser um agitador. O faraó começou a sentir-se inseguro apenas quando seus conselheiros mais próximos discordaram dele (Ex 10,7-12).

Não é verdade que os pobres não têm força: “Contudo, quanto mais oprimiam o povo, mais ele crescia e se multiplicava. Os filhos de Israel começaram a se tornar um pesadelo para os egípcios” (Ex 1,12). De onde vem a força para resistirem? De sua crença em Deus? A Bíblia responde nossa pergunta. Mas devemos lembrar que por causa da força da opressão, os pobres podem achar difícil acreditar em Deus (Ex 6,9).

O que é mais interessante para nós na história da libertação de Israel da escravidão do Egito, é que a luta foi iniciada pelas mulheres. As duas parteiras judias que receberam a ordem de matar os meninos assim que nascessem, temeram a Deus mais do que ao faraó (Ex 1,15-21). Lembremo-nos das palavras de Jesus em Lucas 12,1-2. Ele lembrou aos discípulos que não tivessem medo dos opressores: em vez disso, deveriam temer a Deus.

O papel das mulheres surge novamente quando o faraó se torna mais cruel, ordenando que todos os meninos judeus fossem jogados no Nilo (Ex 1,22-2,10). A vida sobrevive e floresce por causa de muitas mulheres que se unem, enfrentando esta opressão.

¹⁰ Ver nota de rodapé no. 3 e J. Maqonnet, “As atitudes para com... no Livro do Êxodo”, *ibid.*, 200 (6/1988), 11-20.

Olhemos para Moisés, o líder da libertação de Israel da escravidão do Egito. Sua solidariedade com os oprimidos é de alto teor (Ex 2,11-12). Ele não perde a coragem apesar de ser desafiado pelo faraó e por seus próprios conterrâneos. Ele também não odeia o faraó apesar deste ter mentido muitas vezes para ele. Ele até reza repetidamente por aqueles que oprimem seu povo (Ex 8,4-9.24-27; 9,27-30; 10,16-20).

8. Conclusão

Estes são alguns pensamentos relacionados à espiritualidade bíblica da luta por justiça e paz. Não sou um lutador de linha de frente. Meu objetivo é considerar os problemas das pessoas que estão no campo de luta e tentar acompanhá-las com pensamentos que possam encorajá-las e apoiá-las a continuar sua luta. A fonte de minha reflexão é a Bíblia. Tenho certeza que este livro antigo pode irradiar luz em nossa luta atual. É um livro de uma experiência viva, a experiência de um povo oprimido quase ao longo de toda sua história. Este livro dá testemunho da experiência do povo diante de Deus, a experiência de acreditar nas pessoas que lutam por justiça e paz. Já vimos as verdades essenciais. Então, que conclusão podemos tirar de tudo isto?

Para cada pessoa que acredita em Deus e em seu Filho Jesus Cristo a luta por justiça e paz é um chamado e um dever. O Deus em quem acreditamos é o Deus que zela pelos oprimidos, sofre com eles, ouve seu clamor e, na pessoa de Jesus Cristo, Seu Filho, desce

para salvá-los (Ex 3,8). Este Deus também é um Deus cheio de mistério. Ele pode demorar a ouvir os clamores dos oprimidos. Assim, a luta por justiça e paz também se torna a luta com Deus. Aqui também está Sua cruz. Por isso, o povo pode não acreditar em sua própria força. Nosso poder é o trabalho de Deus (2Cor 3,5). A verdadeira justiça e a paz vêm de Deus. As pessoas que lutam com Deus e em Deus nunca temerão encarar desafios. Elas irão temer mais a Deus do que aquilo que é humano. Elas lutarão como as mulheres de Israel e como Moisés e os profetas. Elas terão a atitude e os sentimentos de Jesus (Fl 2,5). Se a atitude e os sentimentos de Deus e de seu Filho Jesus Cristo se tornam a base e a fonte de nossa luta, então podemos orar cheios de esperança com Israel:

Javé, tu nos governarás na paz, pois és

tu quem realiza tudo o que fazemos.

Javé, nosso Deus, outros senhores nos dominaram;

nós, porém, só invocamos o teu nome.

Mas, os teus mortos hão de reviver e seus

cadáveres se levantarão (Is 26,12-13.19).

